

## «*il faut faire....*». O programa não cumprido de investigação de Pierre Bourdieu em sociologia da ciência

*Hugo Mendes*

*Science de la Science et Reflexivité* [SSR], resumo dos cursos de Bourdieu no colégio de França do ano de 2000/2001, foi lançado alguns meses depois da sua morte. SSR condensa o que de mais estimulante e o que de mais ambíguo Bourdieu escreveu sobre a ciência. SSR é um livro de autor irritado que consegue deixar o leitor não menos irritado - não contra os que Bourdieu elege como alvo, mas com o próprio autor do livro. O livro está dividido em três partes: na primeira, Bourdieu propõe-se fazer um estado da arte na área da sociologia da ciência; na segunda, apresenta o seu programa de investigação; e na terceira avança uma auto-análise a partir dos instrumentos apresentados na parte anterior. O objectivo das reflexões que se seguem é o de fazer algumas observações críticas *internas* à obra de Bourdieu, discutindo insuficiências que devem ser enfrentadas e resolvidas para que o seu programa de investigação possa ser cumprido e corrigido em diálogo com outras perspectivas.

### 1. Os ajustes de contas e as leituras desajustadas.

Bourdieu publica SSR quase 30 anos depois do programático artigo “*Specificité du champ scientifique et les conditions sociales du progrès de la raison*” (1975), simultaneamente de ruptura com a ortodoxia funcionalista e fundador de uma análise sociológica robusta. Afirmando-se contra os conservadores mertonianos, o subversivo Bourdieu colocou-se na linha da frente de uma nova geração, funcionando de certa forma como referência para autores como Latour, Woolgar ou Knorr-Cetina no final dos anos 70 e início dos anos 80. Mas este impulso foi de curta duração: a presença de Bourdieu na literatura da nova sociologia da ciência foi-se eclipsando à medida que os laboratórios se afirmaram decididamente no imaginário cognitivo dos estudos da ciência e a teoria da prática de Bourdieu, tão importante num primeiro momento de ruptura com a ilusão intelectualista da epistemologia, foi substituída por versões mais ajustadas ao trabalho laboratorial. Ao mesmo tempo, Bourdieu nunca mostrou vontade de se associar aos programas de investigação que conferiram à área dos estudos da ciência enorme vigor. O estado da arte desenvolvido na primeira parte de SSR pode ser então visto como um ajuste de contas com o passado, e uma forma de explicar porque é que, apesar do que partilhava com as perspectivas que mais tarde se vieram a autonomizar, Bourdieu e a nova sociologia da ciência seguiram caminhos diferentes.

Essas afinidades não eram irrelevantes; tanto Bourdieu como Latour, Woolgar, Knorr-Cetina, Barnes, Bloor ou Collins estavam interessados: no tratamento historicista do conhecimento e práticas científicas; no desenvolvimento de uma teoria da prática científica, apoiada em (anti-) filósofos como Wittgenstein ou Austin; em afastar-se da linguagem logicista e abstracta da filosofia da ciência anglo-saxónica, dissolvendo os grandes problemas epistemológicos no estudo empírico de pequenos objectos; na introdução de uma imagem agonística das relações entre os cientistas, demarcando-se do estereótipo comunitarista herdado do funcionalismo. Porém, dado o interesse de Latour, Woolgar e Knorr-Cetina pela etnometodologia e pelo interacionismo simbólico, Bourdieu manteve sempre mais afinidades com a escola de Edimburgo de Barnes e Bloor: tal como Bourdieu, estes autores tinham uma concepção forte de ‘sociedade’ e do ‘social’ (dada a herança durkheimiana), enfatizando questões como a socialização escolar/científica e a inculcação de esquemas de percepção infra-conscientes constituintes de tradições de pesquisa, simultaneamente culturais e epistémicas.

Mas, como referimos, este arco teórico-epistémico comum nunca originou uma colaboração entre Bourdieu e as outras abordagens. Duas razões ajudam a explicar isto: primeiro, Bourdieu pretendeu sempre fundar a sua sociologia numa perspectiva estruturalista genética; segundo, Bourdieu nunca abandonou o tom normativo da epistemologia: a sociologia não deve apenas

explicar ou descrever, mas deve estar igualmente preocupada com a questão ‘como fazer melhor ciência?’ que a divisão entre sociologia e filosofia da ciência anglo-saxónica havia atribuído apenas à segunda.

O afastamento entre Bourdieu e a nova sociologia da ciência foi mútuo: ao mesmo tempo que as teses mais sociológicas da escola de Edimburgo iam perdendo centralidade no campo, a ideia de ‘sociedade’ começou a parecer *démodé*. A sociologia deixou de ser a matriz disciplinar de referência do campo e Bourdieu passou a ser visto como autor de um programa estéril, demasiado sociológico e muito devedor da epistemologia histórica francesa. Os investigadores nesta área queriam inovar teórica e metodologicamente, e a teoria de Bourdieu ficava, com o passar dos anos, cada vez mais exigente no que toca à pré-formatação da análise. Curiosamente, depois de ignorado durante cerca de uma década, Bourdieu passou a ser alvo, de há uns anos para cá, de contínuas referências negativas por parte de Latour, o autor mais representativo do campo.

É por isso particularmente interessante ler o que Bourdieu tem a dizer sobre estes autores e perspectivas. Infelizmente, a discussão de cada uma das delas não tem mais de trinta e seis páginas: oito dedicadas à visão irónica da comunidade científica de Merton; seis ao modelo kuhniano da ciência normal/paradigmática e ciência revolucionária, cinco à sociologia do conhecimento científico, e dezassete aos estudos de laboratório. Dificilmente o leitor atento e conhecedor da área considerará que Bourdieu, com o recurso fácil aos «*insultos classificatórios*» de ‘relativismo’ e de ‘pós-modernismo’, respeite no retrato que faz da nova sociologia da ciência o mesmo princípio de ‘caridade’ na interpretação que defende e reivindica para si mesmo, dado defender que todo «*o produtor cultural, sem distinção, tem direito a um tratamento condigno*» (idem, ibidem). Num tempo em que o fantasma das ‘imposturas intelectuais’ está bem presente, convém que a posição dos adversários seja escrutinada de forma cuidada. Por vezes, porém, a sua análise parece bem injusta. Por exemplo, Bourdieu critica o facto de o campo estar constantemente imerso em polémicas com a filosofia, e apelida os seus representantes de ‘sociólogos-filósofos’. Mas é necessário perguntar: como podia ser diferente, se os filósofos da ciência foram os alvos principais dos estudos empíricos encetados por sociólogos/antropólogos da ciência? Como evitar a polémica prolongado - ao ponto, naturalmente, de os argumentos sociológicos e filosóficos se tornarem por vezes indistintos, uma vez destruídas as fronteiras tradicionais e em parte arbitrárias entre os dois campos? A injustiça da acusação de Bourdieu sobressai ainda pelo facto de a sua própria obra não poder ser compreendida senão como um diálogo crítico com a filosofia, e de as suas reflexões sobre o poder, a violência ou a prática, nas *Meditações Pascalianas* mas também noutros livros, ficarem na fronteira entre sociologia e filosofia. A diferença, parece, é que os sociólogos-filósofos dos estudos da ciência respondem às críticas, o que alimenta continuamente o debate.

É no ponto dedicado aos estudos de laboratório que a parcialidade da leitura de Bourdieu é mais visível. Por exemplo, Latour e Woolgar são acusados de ter uma visão ‘semiológica’ do mundo pelo seu método ter origem na semiótica de Greimas, e de transformar a ciência numa actividade literária (e, por isso, idealista) porque os cientistas passam boa parte do seu tempo a manipular inscrições. Mas esta é uma leitura adulterada de *Laboratory Life*: as inscrições são importantes para Latour e Woolgar enquanto suportes materiais e não apenas como envelopes de sentido; eles contêm a realidade, não porque a realidade não exista for a deles, mas porque os cientistas não podem lidar com a realidade enquanto tal, mas com ‘pedaços relevantes’ e manipuláveis em contexto laboratorial; por isso, a versão da semiótica aqui usada é material e não simbólica. Num outro exemplo, Bourdieu prefere caricaturizar o trabalho de Latour e Callon nos textos que deles cita sem tentar perceber a sua estratégia teórica e metodológica, que passa por valorizar o papel que os objectos (ou não-humanos) jogam na construção da acção. O que está aqui em causa é uma filosofia da acção diferente da de Bourdieu, inspirada na etnometodologia (Pharo, 2003). Que ela seja controversa e signifique, de um ponto de vista de Bourdieu, uma regressão na capacidade analítica, é uma coisa; que elas sejam tratadas como simples jogos literários, então podemos começar a perguntar de que lado é que está a falta de rigor. O que Bourdieu parece ter dificuldade em aceitar é que possa haver descrições diferentes dos mesmos fenómenos, utilizando vocabulários diferentes decorrentes de objectivos diferentes - questão que se liga com o problema que parece existir entre o seu programa e a sua aceitação da pluralidade teórica nas ciências sociais.

## 2. Um mundo à parte ...por estudar.

Na segunda parte de SSR, Bourdieu apresenta, sem inovação aparente em relação a outros locais onde escrevera sobre o campo científico, a importância dos conceitos de campo e *habitus* para o estudo das estruturas e práticas científicas. A forma condensada em que apresenta a sua perspectiva teórica faz sobressair o que há de seguramente mais intrigante no seu trabalho: apesar de sempre ter advogado para a sociologia da ciência um lugar central no trabalho sociológico, é forçoso reconhecer que, desde 1975, o seu programa de investigação não saiu do seu estado embrionário. Um bom indicador da sua não materialização é o facto de não haver na bibliografia estudos assinados por alunos seus. Na ausência de estudos produzidos ou orientados por si, SSR não pode mais fazer do que enumerar estudos feitos por outros autores. Se a sociologia da ciência é tão central para a sua análise, porque não publicou Bourdieu (a par ou em vez d'*As Regras da Arte*) um livro intitulado *As Regras da Ciência*?

Neste contexto, é interessante verificar o fosso entre o programa de investigação desenhado e a sua não concretização empírica. Por exemplo, o texto de Bourdieu está cheio de ótimas ideias e muitíssimo pertinentes *insights* para os quais o autor apresenta um suporte empírico frágil - porque elas derivam mais do trabalho de formalização imanente ao conceito de campo do que propriamente de um teste empírico ou parece satisfazer-se com uma vaga capacidade explicativa. Vejamos dois casos:

*«On sait par exemple que, malgré l'autonomie liée au capital collectif, l'orientation vers telle, ou dans cette discipline, vers telle ou telle spécialité, ou dans centte spécialité, vers tel ou tel 'style' scientifique, n'est pas indépendante de l'origine sociale, la hiérarchie sociale n'étant pas sans relation avec la hiérarchie social des origines»* (p.87); *«...on pourrait conclure que l'habitus social (familial), retraduit scolairement et scientifiquement, a une efficacité explicative non nulle»* (p.87-8).

Não é possível ler estas afirmações sem ficar frustrado com a fragilidade explicativa nelas inscrita. Que o comportamento da variável A «*não esteja sem relação*» com o da variável B, ou que eficácia explicativa da variável C sobre a variável D seja «*não nula*» diz muito pouco. E que 27 anos depois de “*Spécificité du champ scientifique et les conditions sociales du progrès de la raison*” Bourdieu coloque as coisas desta forma é significativo do quão pouco avançou na concretização do seu programa.

À questão do incumprimento empírico do programa teórico junta-se uma outra mais importante (façamos o papel do advogado do diabo): os estudos da ciência poderão sempre argumentar que, mesmo que existam relações entre as propriedades macrosociais e a escolha de áreas de estudo ou tópicos de pesquisa, *Bourdieu não procura mostrar como é que essas propriedades fazem diferença em contexto laboratorial*. Não é preciso transformar o laboratório num lugar-fetice para considerar o argumento de que a linha de investigação preconizada por Bourdieu deixa o investigador muito longe do laboratório e incapaz de verificar *in loco* elementos que desconhecia ou não previa e que podem, afinal, estar razoavelmente desligados das propriedades macro social do investigador ou da instituição. Que os estudos da ciência possam afirmar que a sociologia de Bourdieu é demasiado externalista e que mantém as mesmas insuficiências de uma epistemologia produzida nos gabinetes do filósofos e longe das práticas laboratoriais não deve ser ignorado, mas encarado como um desafio sério para que o programa bourdieuano possa afinar os instrumentos analíticos de ligação entre a micro e a macro análise. Se Bourdieu critica os estudos de laboratório como internalistas ou relativistas, há que reconhecer que *o ónus recai sobre o seu programa para mostrar que os internalistas perderam alguma coisa com a rejeição de uma perspectiva que coloca a ênfase no estudo do campo científico*. O problema não se resolve com polémicas de algumas páginas; exige o colocar em prática de um programa que consubstancie empiricamente as suas afirmações; *sobretudo, um programa que assumas menos, e prove mais*. Goste-se ou não do trabalho produzido pelos estudos da ciência, a verdade é que esta área conta hoje com três décadas de argumentação teórica e empírica. Não é possível hoje fazer filosofia, história ou sociologia da ciência sem levar o seu trabalho a sério, e acumular argumentos teóricos e empíricos contra eles.

O verdadeiro problema é que, sem o suporte empírico da análise do campo e sub-campos científico ao longo do tempo e de toda a contingência histórica, o discurso de Bourdieu fica facilmente - ao contrário do que é a sua pretensão - des-historicizado. Se é verdade que no conceito de 'campo' está inscrito um pensamento relacional e historicista, a ausência de estudos empíricos que forneçam efectivo conteúdo histórico à teoria do campo científico permite que o discurso de Bourdieu possa levantar voo e partir para o estipular de propriedades abstractas como efectivamente existentes na actualidade. Este salto da propriedade geral para a existência empírica fracamente comprovada tem dois efeitos: um (a) *reificador*; e outro (b) *moralizador*.

(a) Por exemplo, quando Bourdieu afirma que «[l]es champs scientifiques sont des univers à l'intérieur desquels les rapports de forces symbolique et des luttes d'intérêts qu'ils favorisent contribuent à donner sa force au meilleur argument» (p.161), este é um enunciado *formal* ou *empírico*? Ou seja, para além do trabalho de fronteira que o conceito faz com a filosofia - através da historização do argumento kantiano - e da sofisticação formal que traz à teoria do campo científico, tem este enunciado validade empírica ou deve ser testado? Que a ideia faça sentido teórico é uma coisa; que ela possa ser utilizada para descrever de forma precisa o que se passa no início do século XXI na ciência contemporânea é outra. Claro que é sempre mais fácil 'pregar aos convertidos': os *bourdieuanos* deixar-se-ão convencer por esta observação conceptual, mas os cépticos relativamente à teoria dos campos continuarão cépticos, podendo advogar que Bourdieu está longe de explicar com detalhe a realidade actual e que é preciso testar o fôlego teórico do conceito de campo.

(b) Mas há um problema suplementar: é que se a reificação teórica leva à produção de enunciados sobre a realidade de forma demasiado rápida, ao mesmo tempo legitima fácil e sub-repticiamente o moralismo. Quando Bourdieu diz que os campos são relativamente autónomos e fechados, o argumento é simultaneamente *analítico* e *normativo*: serve tanto para explicar a realidade como para defender a autonomia do campo. Não nos diz apenas que a ciência conseguiu, historicamente, construir fronteiras em relação ao mundo exterior, mas que ela deve fazer tudo para as manter. Se não há nada de invulgar que as categorias conceptuais assentem numa textura moral, é importante sublinhar o que decorre quando o processo de reificação e de moralismo dão as mãos. Imaginemos que um crítico aponta a Bourdieu que a autonomia da ciência é altamente problemática em função da alegada fluidez das trocas existentes entre o campo científico e o político ou o económico: verá Bourdieu um argumento de refutação parcial do conceito de 'campo'? Não: ele verá nesta realidade a violação da norma da autonomia da ciência e dirá que é preciso lutar contra esse processo. Ou seja, Bourdieu dá implicitamente por garantida a validade teórico-empírica do conceito e salta de imediato do nível de análise para o da indignação. Importa esclarecer que não se pretende argumentar que a autonomia da ciência não deve ser defendida; o objectivo é apenas o de dizer que o conceito de 'campo' não esgota o debate que deve existir em torno do problema. Para poder ajudar à discussão normativa, é preciso conhecer todos os significados e consequências (pretendidas ou não) da autonomia da ciência. Porque para quem conhece a genealogia dos estudos da ciência, a ideia que sobressai de imediato é que o que causou tantas perplexidades cívicas e académicas a partir dos anos 60 foi a considerada *excessiva* autonomia da ciência, não o seu défice. Mas, efectivamente, na teoria dos campos nunca há espaço para colocar a questão: *quando é que o fechamento do campo se torna em ditadura dos peritos*? Quando é que a 'autonomia' se transforma em 'autocracia'? Vale a pena equacionar esse risco ou ele é empiricamente improvável?

Talvez os cientistas sociais considerem esta formulação do problema irrelevante, porque, dirão, o seu problema sempre foi o da ausência de autonomia, e o do excesso não se coloca no horizonte. Mas o discurso de Bourdieu vale para todas as ciências. E não deixa de ser impressionante que mantenha um silêncio quase total sobre questões que tornaram a ciência contemporânea num complexo institucional e cognitivo problemático, indicador talvez de que Bourdieu talvez não tenha levado a sério o sábio diagnóstico de Merton: o de que a sociologia da ciência iria ganhar real expressão intelectual e institucional a partir do momento em que a ciência se transformasse num *problema social*. As incertezas ambientais ou relativas ao desenvolvimento da biotecnologia, a ingenuidade ou o cinismo político e ético dos cientistas autónomos, ou a dificuldade de reconciliar a política democrática com a 'peritocrática' parecem simplesmente não existir na teoria do campo científico. Enquanto a autonomia científica não for alvo de uma reflexão

e justificação político-ética e não forem tematizados os perigos de uma república dos cientistas sem quaisquer limites, os detractores de Bourdieu verão no ‘intelectual colectivo’ uma figura assente num leninismo epistémico em potência.

Aliás, o problema da fronteira entre a autonomia e a autocracia está presente no trabalho de Bourdieu. O leitor não pode deixar de sentir alguma irritação quando o vê enunciar os princípios de uma epistemologia social - a ideia de que a objectividade é o resultado da intersubjectividade crítica entre cientistas que aceitam entre si as regras do debate intelectual, e que a força do melhor argumento (ou das regras da lógica) depende da existência de estruturas sociais e institucionais que possibilitem a discussão crítica - e, depois, perguntar se Bourdieu não criou ao longo de décadas a mesma autonomia (fundando o seu centro de pesquisa, a sua revista, a sua colecção, sem ter de prestar contas a ninguém) que lhe permitiu ignorar as críticas de que foi alvo e evitar a mesma discussão que diz fundar a objectividade científica. É neste momento que a nova sociologia da ciência aparece, curiosamente, como mais objectiva do que o programa de Bourdieu: a crítica cruzada é uma das suas boas imagens de marca. Segundo os seus próprios critérios, a sociologia de Bourdieu arrisca-se a ser pouco objectiva porque pouco sujeita a esse mecanismo de «*censura mútua*» que é a crítica dos pares (e de *todos* os pares, inclusive aqueles que discordam do autor, e não apenas os ‘convertidos’ ou a aqueles cuja sobrevivência académica depende do acordo com as suas ideias). Não é este um caso de ‘autonomia’ académica transformada em ‘autocracia’?

### 3. As aporias da reflexividade.

Neste sentido, o uso da reflexividade pode revelar-se mais ambíguo do que Bourdieu afirma. Se a distinção traçada em *Réponses* entre uma reflexividade ‘clínica’ e ‘cínica’ é de extrema importância para designar a diferença entre o seu projecto e o de outros (em particular o de Latour e Callon), é preciso perceber se a forma como Bourdieu evita a crítica externa não releva de uma outra forma ‘perversa’ de reflexividade: em vez de responder a questões específicas, a reflexividade pode ser usada de forma a argumentar que, por exemplo, é o lugar que o crítico ocupa no campo que é responsável pela sua má leitura da sua obra, e que se ele fosse mais reflexivo, teria compreendido o que o Bourdieu quer dizer. Num certo sentido, este argumento é importante; mas a facilidade com que pode ser usado de forma a evitar a discussão leva a pensar se Bourdieu não usa muitas vezes a reflexividade como *arma* (contra os seus conselhos). Esta questão levanta imediatamente outra: quando Bourdieu afirma que muitos erros podem ser evitados se os investigadores forem mais reflexivos, então é preciso conseguir saber em que medida o investigador A é mais reflexivo do que o investigador B; ou, regressando ao caso anterior, em que medida o crítico é menos reflexivo que o próprio Bourdieu. Mas como provar e não apenas assumir *a priori*? Enquanto o conceito de reflexividade não sofrer um trabalho de operacionalização, vai continuar a poder apenas exercer uma função mais *pedagógica* do que *conceptual*.

Esta dimensão pedagógica/normativa não é de somenos importância: reflexividade significa basicamente ‘resistência’ aos poderes exteriores e está umbilicalmente ligada à ‘autonomia’. E quando hoje nos estudos da ciência se elogia a ‘infra-reflexividade’, nunca é demais sublinhar a centralidade pelo menos ética<sup>1</sup> de uma postura reflexiva; mas as questões conceptuais e política mantêm-se, porque a solução não está no empurrar do pêndulo para o outro lado: é preciso perceber se não há o risco (e, se sim, quando) de, no outro pólo, a reflexividade se transformar em dogmatismo. Isto precisa de ser tematizado (e não ignorado) no quadro das categorias de Bourdieu.

---

<sup>1</sup> Num tempo em que a economia política da ciência parece estar a sofrer uma revolução silenciosa - com a promessa do financiamento privado vir a determinar progressivamente as agendas de investigação -, o discurso da infra-reflexividade (enquanto ausência de resistência) encaixa que nem uma luva na necessidade de não assustar possíveis clientes.

#### 4. A herança da sociologia do conhecimento.

Na sua recensão d'A *Reprodução*, Antoine Prost acusou a sociologia de Bourdieu e Passeron de ser um empreendimento «estéril». Para muitos dos que trabalham na linha dos estudos da ciência contemporâneos, a sociologia da ciência de Bourdieu mereceria a mesma avaliação. Apesar de crítico de variados elementos do trabalho do autor francês, o comentário desenvolvido neste texto discorda desta avaliação. Seria muito mais justo afirmar que a sociologia da ciência de Bourdieu é hoje, dado o trabalho desenvolvido pelos estudos da ciência, um programa de investigação *estagnado*, não porque, como aponta Lakatos, o desenvolvimento teórico não acompanha o desenvolvimento empírico, mas precisamente pelo contrário: no caso de Bourdieu, é o desenvolvimento empírico que não acompanha o desenvolvimento teórico.

Todavia, hoje, o estudo sociológico da ciência beneficiaria em larga medida de uma *revitalização* futura do programa de Bourdieu, isto é, de uma capacidade para enfrentar os desafios levantados pelo trabalho produzido pelos estudos da ciência no laboratório. Talvez isto fosse possível se se conseguisse ligar a riqueza descritiva que alcançaram a uma lógica explicativa que não reifique a abordagem externalista, mas que seja capaz, através de estudos despojados de uma generalização prematura, de mostrar como se processa o que se pode chamar de *tradução sócio-cognitiva/material*: em que medida, e como, as variáveis sociológicas configuram e moldam o conhecimento científico e a construção de instrumentos laboratoriais. Os estudos da ciência procuraram enterrar a sociologia do conhecimento; talvez esta possa contribuir para a construção de um programa alternativo menos assente em enunciados programáticos do que em trabalhos capazes de aliar a penetrância analítica nas dimensões micro e macro à capacidade para interpelar normativamente a evolução contemporânea da ciência. Se este movimento nos afastar da letra do trabalho de Bourdieu, nada diz que não possamos conservar parte do seu espírito.